

educação

14 ABR 1988

A crise do ensino privado

Dos itens que oneram o orçamento doméstico da classe média, sem dúvida alguma a mensalidade escolar começou a ocupar lugar de destaque. Há algumas semanas, quando o presidente Sarney, pelo Decreto nº 95.720, liberou o reajuste das mensalidades escolares, "colocando-as sob o regime de 'liberdade vigiada'", ocorreu um primeiro abuso na tentativa de fixá-las em base da OTN. A reação de pais e alunos foi de tal ordem que de imediato se recuou na tentativa, passando a aventurear-se a hipótese de que os reajustamentos passariam a ser calculados com base na URP. A solução, aparentemente conciliatória, produziu em todos os interessados a sensação de que a tempestade passara. Quando se tomou conhecimento dos valores reais das mensalidades, é que se percebeu a magnitude do engano. Por isso, antes que a mensalidade escolar se transforme no grande culpado pela explosão inflacionária — como já foi o caso de uma humilde leguminosa —, convém recolocar a questão em seus devidos termos. Mesmo porque o tema *ensino privado* é por demais importante para ser reduzido aos limites de uma máquina de calcular, esteja ela em mãos deste ou daqueles.

A educação brasileira há anos vem merecendo dos mais diversos governos um tratamento de *carença*. Na essência, o processo educacional sempre foi uma sucessão de crises. Há três décadas, conhe-

ceu-se uma crise de quantidade: havia poucas escolas públicas de excelente qualidade que atendiam, respeitando um processo seletivo baseado essencialmente na acumulação de conhecimento, os filhos das camadas sociais médias. Não que recusasse o aluno pobre, mas dele era exigido o mesmo nível de conhecimento e esforço idêntico ao de todos. Paralela a esta rede pública quantitativamente insuficiente, coexistia um ensino privado, em sua maioria de natureza religiosa. O crescimento econômico do País, especialmente na segunda metade dos anos 60, e o vertiginoso crescimento populacional do período levaram o Estado a investir essencialmente na educação de massa, para atender a grande demanda, ao mesmo tempo em que este mesmo Estado convidava a iniciativa particular a colaborar com o esforço nacional da educação, investindo vultosos capitais em empreendimentos escolares.

Essa pretensão provocou efeitos perversos. O ensino público "inchou", conhecendo tanto um crescimento quantitativo real no número de vagas como um declínio inacreditável na qualidade. Quando a crise econômica chegou, no fim dos anos 70, e a realidade cobriu seu preço, as escolas particulares tiveram de sobreviver respeitando as leis de mercado, pois eram, como de fato são, investimento privado. Essa postura, deveria levar a uma natural diversidade no tipo das esco-

las: as que se esmerassem em qualidade e eficiência teriam a demanda necessária para cobrir custos e remunerar o capital investido; as que se preocupassem eminentemente com o aspecto negocial seriam marginalizadas pela sociedade, porque educação não é mercadoria que se negocia em balcão, a quilo. O Estado brasileiro todo-poderoso, onívoro, resolveu intervir, cipando as mensalidades. Oficialmente mistrou, oficialmente impôs a igualdade entre o joio e o trigo. Armou uma bomba de efeito retardado, que agora explodiu.

Com as mensalidades contidas, artificialmente baixas, uma das primeiras consequências de a educação ter sido cipada foi a redução dos salários dos professores em muitas escolas, senão na maioria delas. O problema dos custos paulatinamente correu os mais cuidados projetos pedagógicos, e empurrou para uma vala comum bons e maus estabelecimentos de ensino. Quando, enfim, o artificialismo do controle oficial acabou, porque ele sempre acaba, o que se viu foi um processo de crise e decadência em rápida evolução para o caos. Coexistem no sistema privado escolas com aumentos exagerados e abusivos, levando pais e alunos a uma situação de desespero, e escolas com ótimos projetos pedagógicos, bem administradas, com uma planilha de custos de fato assustadora.

Caso o Estado se tivesse reser-

vado cuidar do ensino público — que é de fato uma de suas funções primordiais — e caso tivesse cuidado bem desse ensino, hoje ele serviria de parâmetro, de indicador de qualidade e suficiência de vagas para os pais dos alunos. Sobre este pilar a sociedade se apoiaaria para expelir do processo educacional brasileiro o mercantilismo e o despreparo. Lamentavelmente, o que vemos é exatamente o contrário. O Estado revelou-se especialmente incompetente em gerir bem o que é função sua. Espalhou sua incompetência quando tentou "garrotear" o ensino privado. Agora, em plena crise, talvez a única forma de recuperar o potencial pedagógico da rede privada fosse incentivar as boas instituições a encontrarem *por si* um denominador comum entre seus custos e o poder aquisitivo de seus alunos.

Isso não é difícil. Os abusos deverão ser tratados, como manda a lei, pelos Conselhos Estaduais de Educação. Que ao menos desta vez o Estado reconheça e não incida novamente no erro: tabelar mensalidades é de fato forçar o aluno a se conformar com o pior, só porque o custo do ensino é menor. Ao contrário de democratizar oportunidades, esta mentalidade contém germes totalitários, porque ao excluir a maioria do ensino de qualidade cria a falsa euforia do diploma sem custos, mesmo na rede privada. É este tipo de ensino que de fato eterniza a desigualdade.